



**Alvará de Autorização de Avanço do tapume sobre parte do passeio público**  
**NÚMERO DO DOCUMENTO: 39046-24-SP-AUT**

NÚMERO DO PROCESSO SEI  
Não Criado

CÓDIGO VERIFICADOR DO DOCUMENTO  
ia0uj2wc

**PROPRIETÁRIO(S)**

VÍNCULO  
Proprietário

NOME/RAZÃO SOCIAL  
Yang Xin

CPF/CNPJ  
12.614.163/0001-43

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
LI YING PARTICIPACAO E EMPREENDIMENTO LTDA

CPF DO REPRESENTANTE LEGAL  
217.503.938-24

**LOCALIZAÇÃO DO AVANÇO DE TAPUME**

1 - CONTRIBUINTE  
009.004.0056-0

CODLOG  
12690-0

CEP  
01328-010

ENDEREÇO  
Rua Manoel Dutra, 435-423, Bela Vista

**RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)**

VÍNCULO  
Responsável Técnico pela execução

NOME  
Márcio Cordeiro Vaz

NÚMERO DE CONSELHO DO REPRESENTANTE  
A27352-0

CCM  
2.873.523-4

**DADOS DA OBRA**

TIPO:  
Execução de Obra solicitado neste sistema

NÚMERO DO PROCESSO:  
7261-21-SP-ALV

ASSUNTO DO PROCESSO:  
Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (HIS/ HMP)

**DADOS DO AVANÇO DE TAPUME**

IDENTIFICAÇÃO:  
Logradouro 1

TESTADA:  
Rua Manoel Dutra, 435-423, Bela Vista

COMPRIMENTO DA TESTADA:  
17.95 m

COMPRIMENTO DO TAPUME:  
17.95 m

LARGURA TOTAL DO PASSEIO:  
3.20 m

LARGURA FINAL DO PASSEIO LIVRE:  
1.80 m

ÁREA EDIFICADA FINAL DA OBRA LICENCIADA, OU ÁREA  
EXISTENTE DA OBRA DISPENSADA DE LICENÇA  
5116.29 m²

ALTURA MÁXIMA DOS SERVIÇOS DA OBRA NO  
ALINHAMENTO:  
4.00 m

TOTAL DA EXTENSÃO DO TAPUME SOLICITADO:  
17.95 m

**AMPARO LEGAL**

1. Lei nº 16.642/17, regulamentada pelo Decreto nº 57.776/17.

## NOTAS

1. Este documento possui vigência de 6 (seis) meses a contar da data da publicação do despacho no Diário Oficial da Cidade, podendo ser renovado por igual período mediante pedido e recolhimento das taxas devidas.
2. Este documento permite apenas, e a título precário, a execução das obras ou serviços nele descritos, e que poderá ser cancelado a qualquer tempo quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando a Prefeitura não tiver interesse na sua manutenção ou renovação.
3. O licenciamento de projetos, de obras e instalação de equipamentos não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse sobre o imóvel.
4. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de ciência dos direitos e responsabilidades expressos na Seção I do Capítulo II da Lei nº 16.642, de 09 de maio de 2017 (Código de Obras e Edificações), atribuídos ao Município, ao proprietário ou possuidor de imóveis e aos profissionais atuantes em projeto e construção, observadas as disposições da Legislação de Obras e Edificações.
5. Este documento refere-se exclusivamente à Legislação Municipal devendo ainda serem observadas as Legislações Estadual e Federal pertinentes.
6. Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas - NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação.
7. O titular do documento de atividade edilícia, na qualidade de proprietário ou de possuidor do imóvel, responde perante terceiros a respeito da propriedade, posse, direitos reais, garantias e outros eventuais ônus que incidam sobre o imóvel.
8. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de ciência de que o início de obras deve observar os prazos previstos no artigo 71 da Lei nº 16.642/17 e artigo 59 do Decreto nº 57.776/17.
9. Este documento foi emitido mediante declaração de ciência do interessado de que o passeio em geral deve atender também as disposições da Lei nº 15.442/11 e do Decreto nº 59.671/2020.
10. O tapume ora autorizado:
11. Deve possuir altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
12. Não pode prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público;
13. Pode avançar até no máximo metade da largura do passeio;
14. Deve ser recuado para o alinhamento quando concluído o serviço de fachada ou paralisada a obra por período superior a 30 (trinta) dias.
15. Enquanto os serviços da obra se desenvolverem a altura superior a 4,00m (quatro metros) do passeio, o tapume deve ser recuado para o alinhamento, sendo permitida a ocupação do passeio apenas para apoio de cobertura para proteção de pedestres, observada uma altura livre de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), e ficando a plataforma de segurança limitada à largura do passeio público.

## RESSALVAS

1. Quando o logradouro for sujeito a intenso tráfego de veículos, o trânsito de pedestres pode ser desviado para parte protegida do leito carroçável. Neste caso, deverá ser solicitada Autorização para Ocupação ou Interferência em Via Pública na Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, ficando este Alvará de Autorização condicionado ao atendimento das exigências da referida Autorização.

ANALISADO POR:

DESPACHO:

DATA DE DEFERIMENTO:

DATA DE PUBLICAÇÃO:

Não existem publicações no Diário Oficial para este processo

**Este Alvará de Autorização possui vigência de 6 meses, contados a partir da data de publicação.**